

Boas intenções, execução desastrada

FÁBIO SÁ EARP

Com a performance firme de um neo-presidencialista, o presidente Itamar anunciou enfim seu plano econômico e reafirmou de maneira inequívoca sua vocação para macaco em casa de louças. Desautorizando sistematicamente seus ministros e burocratas de alto escalão, Itamar é o digno sucessor do saudoso Zacharias, no programa dos Trapalhões. Só que agora, em lugar de um trapalhão de peruca, temos um de topete.

Vejamos o tão esperado Plano. É uma declaração de intenções contra a qual poucos poderão se levantar. Não vou cansar o leitor repetindo seus pontos principais; o que me interessa é afirmar que nenhum plano pode funcionar nestas condições. Se a cúpula do governo é continuamente atropelada pela figura açodada do presidente da República, a sociedade terá razão em ignorar o que está escrito nos projetos e concentrar sua atenção apenas na personalidade de Itamar.

E o que é que este explosivo personagem pensa? Primeiro, provavelmente, em gravar seu nome na história. Pode haver maior tentação para um político inesperadamente arrancado da aposentadoria e levado ao mais alto cargo? Segundo, em fazê-lo através da retomada do desenvolvimento, isto é, do crescimento econômico conjugado à erradicação da miséria.

Itamar é um típico político de oposição à ditadura: acredita que se pode conjugar

crescimento econômico com justiça social. Não sabe muito bem como isto pode ser feito, mas tem um modelo em mente. Este modelo chama-se JK. Juscelino também não sabia nada de economia e saiu da Pampulha para fazer o que fez.

Mas o nosso trapalhão sabe o que não deve fazer: não deve dar ouvido aos economistas conservadores, discípulos de Roberto Campos e Simonsen, pois estes só querem combater a inflação e são insensíveis ao sofrimento dos pobres. Pior: quem lhe ensinou isso, bem ou mal, fomos nós, os antigos "economistas de oposição". Não era o que queríamos ensinar, mas foi o que estes políticos conseguiram aprender, porque confirmava o que se via na administração estadual e municipal.

De fato, existe um fosso separando a administração federal dos outros níveis. E que apenas a nível federal se pode administrar a moeda.

Na época da ditadura, os "economistas de oposição" pouco entendiam de política monetária. E fizeram algo muito grave: deixaram que se difundisse a idéia de que teoria econômica, longe de ser um tema complexo, estava ao alcance de qualquer intelecto que tivesse completado o segundo grau. E isso era o que já diziam os conservadores, que acreditavam que a inflação era um fenômeno muito simples, resultante apenas do aumento da massa monetária, logo gerada no gabinete do ministro da Fazenda.

Quando os ex-economistas

de oposição chegaram ao poder, começaram a aprender o que era moeda à custa dos próprios erros. Viram então que seu status tinha mudado: deixaram de ser conselheiros confiáveis para serem empuilhadores incompetentes. A rejeição que o grupo palaciano dedica ao saber econômico é fruto deste processo. Na sua visão os economistas "conservadores" e "progressistas" (sic) mostraram-se igualmente fracassados no combate às mazelas nacionais, devendo ser igualmente desprezados. O negócio é tocar a máquina para crescer, como fez JK... o que é um problema de engenheiros. Assim se justifica a escolha do atual plantonista do Ministério da Fazenda. Isto tem duas consequências trágicas: sobre as políticas hoje propostas e sobre quaisquer políticas que se possa imaginar.

A política de juros baixos é indispensável para a retomada do crescimento econômico. Não há caso histórico de crescimento com dinheiro caro. Mas não é apenas com juros baixos que se retoma o crescimento: é necessário que se retomem os investimentos produtivos em bloco, num processo de difícil coordenação.

Com medo de congelamento e confisco de ativos, os empresários aumentam preços preventivamente e o público em geral compra dólares. Depois que Itamar anunciou a política de juros baixos e o prazo fatal de três meses para a política funcionar, o mercado do dólar acusou imediata pressão compradora; vejamos até

quando o Banco Central vai conseguir segurá-la. O fato é que a economia está ameaçada de dolarizar-se, o que é o caminho mais rápido para a hiperinflação.

O governo tem que decidir logo se vai responsabilizar-se pela produção de bens, com suas estatais, ou se vai entregá-los à iniciativa privada. É secundário quem vai fazer, se Estado ou iniciativa privada, desde que alguém se comprometa a fazê-lo e os demais acreditem.

Para que um agente econômico tenha credibilidade é preciso que tenha tradição e recursos. O governo tem que recriar uma tradição de confiabilidade, o que só conseguirá se o presidente da República parar de desmoralizar seus auxiliares mais diretos. E para ter recursos o governo tem que acabar logo de fazer a reforma fiscal, que nunca sai da declaração de intenções.

Como o público percebe que a proposta de retomada do crescimento está mal fundamentada, é natural que se aposte em seu fracasso e no corolário, o aumento da taxa de inflação. Por isso estamos ameaçados de um repique nos índices inflacionários, que só deve começar a aparecer em um mês, mas que exige medidas imediatas para controle. Quais medidas? Bem, isso fica para uma outra matéria.

■ Fábio Sá Earp, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense, é co-autor do livro *Na Corda Bamba: Doze Ensaios Sobre a Cultura da Inflação* (Relume-Dumará Editores).